



# Sumário

*Prefácio*, xix

## **Parte Geral**, 1

### **1 Fundamentos da Tributação**, 3

- 1.1 Conceito de Estado de Direito, 3
- 1.2 Atividade financeira do Estado, 4
- 1.3 Receita pública, 5
- 1.4 Lei de Responsabilidade Fiscal, 5
- 1.5 Classificação da receita pública, 6
- 1.6 Classificação da despesa pública, 7
- 1.7 Orçamento público, 7
- 1.8 Dívida pública, 8
- 1.9 Preços públicos e tarifas ou preços administrados, 9
  - 1.9.1 Preços públicos, 9
  - 1.9.2 Preços administrados ou tarifas, 9
- 1.10 Tributos, 9
  - 1.10.1 Impostos, 9
  - 1.10.2 Taxas, 10
  - 1.10.3 Contribuições, 10

- 2 Bases da Tributação, 12**
  - 2.1 Introdução, 12
  - 2.2 Ciclo econômico, 13
  - 2.3 Tributação sobre a produção, 13
  - 2.4 Tributação sobre a circulação, 14
    - 2.4.1 Tributação na origem, 14
    - 2.4.2 Tributação no destino, 17
  - 2.5 Tributação sobre o comércio exterior, 17
  - 2.6 Tributação sobre o patrimônio, 18
  - 2.7 Tributação sobre a renda, 19
  
- 3 Tributo, 20**
  - 3.1 Conceito, 20
  - 3.2 Espécies de tributo, 21
  - 3.3 Impostos, 22
  - 3.4 Taxas e contribuições de melhoria, 23
  - 3.5 Contribuições federais, 23
    - 3.5.1 Contribuições sociais, 24
    - 3.5.2 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), 25
    - 3.5.3 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), 26
  - 3.6 Contribuições municipais e do Distrito Federal, 27
  
- 4 Elementos do Tributo, 28**
  - 4.1 Elementos fundamentais, 28
    - 4.1.1 Fato gerador, 29
    - 4.1.2 Contribuinte ou responsável, 29
    - 4.1.3 Base de cálculo, 31
  - 4.2 Elementos complementares do tributo, 32
    - 4.2.1 Alíquota, 32
    - 4.2.2 Prazo de pagamento, 34
  
- 5 Direito Tributário, 35**
  - 5.1 Conceito de Direito, 35
  - 5.2 Princípios, 35
  - 5.3 Norma jurídica, 36
  - 5.4 Ato e negócio jurídicos, 36
    - 5.4.1 Fato jurídico, 36
    - 5.4.2 Ato jurídico, 37
    - 5.4.3 Negócio jurídico, 38
    - 5.4.4 Contrato, 39

- 5.5 Caracteres do Direito, 39
  - 5.5.1 Formal, 39
  - 5.5.2 Instrumental, 40
  - 5.5.3 Coativo, 40
  - 5.5.4 Atributivo, 40
  - 5.5.5 Abstrato, 40
- 5.6 Síntese do conceito de Direito, 40
- 5.7 Conceito de Direito Financeiro, 41
- 5.8 Conceito de Direito Tributário, 41

## **6 Lei, Regulamentação e Interpretação, 42**

- 6.1 Fontes do Direito, 42
- 6.2 Legislação tributária, 42
- 6.3 Lei, 42
  - 6.3.1 Constituição, 43
  - 6.3.2 Emendas à Constituição, 44
  - 6.3.3 Lei Complementar, 44
  - 6.3.4 Leis ordinárias, 46
  - 6.3.5 Resolução do Senado, 47
- 6.4 Medida provisória, 47
- 6.5 Tratados e convenções internacionais, 48
- 6.6 Regulamentação, 48
  - 6.6.1 Decreto, 48
  - 6.6.2 Normas complementares das leis, tratados e decretos, 48
- 6.7 Vigência, 49
- 6.8 Aplicação, 50
- 6.9 Interpretação e integração, 51

## **7 Princípios Constitucionais, 54**

- 7.1 Introdução, 54
- 7.2 Da legalidade, 54
- 7.3 Da isonomia tributária, 55
- 7.4 Da irretroatividade da lei tributária, 56
- 7.5 Da anterioridade da lei, 56
- 7.6 Da anterioridade restrita ou da noventena, 57
- 7.7 Da reserva de lei para renúncia fiscal, 58
- 7.8 Da imunidade de impostos, 59
- 7.9 Da capacidade contributiva, 59
- 7.10 Princípio da não-cumulatividade, 60

- 7.10.1 Noções gerais, 60
- 7.10.2 Restrições ao princípio da não-cumulatividade, 61
- 7.10.3 A não-cumulatividade da COFINS, 62
- 7.11 Princípio da seletividade, 62
  - 7.11.1 Noções gerais, 62
  - 7.11.2 Seletividade do IPI e tutela do meio ambiente, 63
  - 7.11.3 Seletividade do IPI e bens de capital, 63
- 8 Obrigação Tributária, 64**
  - 8.1 Conceito, 64
  - 8.2 Obrigação principal e acessória, 65
  - 8.3 Sujeito ativo, 66
  - 8.4 Sujeito passivo, 66
    - 8.4.1 Contribuinte, 66
    - 8.4.2 Responsável, 67
    - 8.4.3 Substituto tributário, 67
  - 8.5 Sujeição passiva indireta, 68
    - 8.5.1 Solidariedade, 68
    - 8.5.2 Responsabilidade tributária, 69
    - 8.5.3 Responsabilidade por infrações fiscais, 73
- 9 Crédito Tributário, 76**
  - 9.1 Conceito, 76
  - 9.2 Constituição do crédito tributário, 76
  - 9.3 Lançamento tributário, 79
  - 9.4 Modalidades de lançamento, 80
    - 9.4.1 Lançamento direto ou de ofício, 80
    - 9.4.2 Lançamento por declaração, 81
    - 9.4.3 Lançamento por homologação ou autolancamento, 82
  - 9.5 Arbitramento por parte da autoridade administrativa, 84
- 10 Extinção do Crédito Tributário, 85**
  - 10.1 Pagamento, 85
    - 10.1.1 Imputação do pagamento, 86
  - 10.2 Compensação, 87
  - 10.3 Transação, 88
  - 10.4 Remissão, 89
  - 10.5 Prescrição, 89
  - 10.6 Decadência, 90
  - 10.7 Conversão de depósito em renda, 92

- 10.8 Homologação do lançamento, 92
- 10.9 Consignação em pagamento, 93
- 10.10 Decisão administrativa irreformável, 93
- 10.11 Decisão judicial transitada em julgado, 94
- 10.12 Pagamento indevido e restituição, 95
  - 10.12.1 Formas de restituição do indébito tributário, 96

## **Parte Aplicada, 99**

- 11 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), 101**
  - 11.1 Competência, 101
  - 11.2 Princípio da não-cumulatividade, 102
  - 11.3 Princípio da seletividade, 103
  - 11.4 O ICMS como tributo indireto, 103
  - 11.5 Fato gerador, 104
  - 11.6 Base de cálculo, 106
    - 11.6.1 Definição da LC nº 87/96, 106
    - 11.6.2 Demonstração de cálculo “por dentro” do ICMS, 107
    - 11.6.3 Demonstração do cálculo do ICMS na importação, 107
  - 11.7 Crédito do imposto, 108
  - 11.8 Contribuinte, 109
  - 11.9 Operações/prestações interestaduais, 109
  - 11.10 ICMS no Estado de São Paulo, 110
  - 11.11 Simples Paulista, 110
    - 11.11.1 Condição operacional, 111
    - 11.11.2 Classificação das ME e EPP, 111
    - 11.11.3 Regime especial de apuração do imposto, 111
    - 11.11.4 Simples Nacional e o ICMS, 112
  - 11.12 Estudo de caso, 116
- 12 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), 118**
  - 12.1 Conceito e sistemática, 118
  - 12.2 Industrialização – definição legal, 119
  - 12.3 Elementos fundamentais, 120
    - 12.3.1 Fato gerador, 120
    - 12.3.2 Base de cálculo, 120
    - 12.3.3 Contribuinte, 122
  - 12.4 Crédito – regra geral, 123

- 12.5 Crédito referente a insumos adquiridos de comerciantes atacadistas, 124
- 12.6 Crime de depositário infiel – IPI, 124
- 12.7 Caso prático, 125

### **13 Imposto sobre Serviços (ISS), 127**

- 13.1 Definição, 127
- 13.2 Normas da lei complementar, 127
- 13.3 Fato gerador e incidência, 128
- 13.4 Não-incidência, 128
- 13.5 Base de cálculo e contribuinte, 129
- 13.6 Local da prestação, 130
- 13.7 Estabelecimento, 130
- 13.8 Alíquotas, 131
- 13.9 Responsável, 131
- 13.10 Tratamento tributário da ME no Município de São Paulo, 133
  - 13.10.1 Simples Nacional e o ISS, 133
  - 13.10.2 Microempresas que não podem optar pelo Simples Nacional, 137
- 13.11 Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/03, 138

### **14 Contribuições Sociais para o PIS e a COFINS, 151**

- 14.1 Introdução, 151
- 14.2 Evolução da legislação do PIS e da COFINS, 151
- 14.3 Novas normas, 152
- 14.4 Elementos fundamentais do PIS e da COFINS, 153
  - 14.4.1 Fato gerador, 153
  - 14.4.2 Base de cálculo, 153
  - 14.4.3 Contribuinte, 154
- 14.5 Deduções da base de cálculo, 154
- 14.6 Não-incidência, 156
- 14.7 Aproveitamento de crédito, 156
- 14.8 Pessoas jurídicas que permanecem no sistema anterior, 157
- 14.9 Norma e transição – estoque de abertura, 158
- 14.10 Receitas omitidas, 158
- 14.11 Caso prático, 158
  - 14.11.1 Apuração do débito, 159
  - 14.11.2 Apuração do crédito do PIS/COFINS, 159
  - 14.11.3 Apuração do valor a recolher, 159
- 14.12 PIS/COFINS monofásico, 160
- 14.13 Responsabilidade pela retenção na fonte, 160

## **15 PIS e COFINS na Importação, 161**

- 15.1 Instituição, 161
- 15.2 Elementos fundamentais, 162
  - 15.2.1 Fato gerador, 162
  - 15.2.2 Base de cálculo, 162
  - 15.2.3 Contribuinte ou responsável, 164
- 15.3 Caso base: importação de bens, 164
  - 15.3.1 Determinação do valor aduaneiro, 165
  - 15.3.2 Cálculo do Imposto de Importação e do IPI, 165
  - 15.3.3 Cálculo do ICMS, 166
  - 15.3.4 Cálculo do PIS/COFINS, 166
  - 15.3.5 Custo total da importação, 167
- 15.4 Caso base de serviços do exterior, 168
- 15.5 Prazo de pagamento, 168
- 15.6 Do crédito, 168

## **16 Outras Contribuições, 170**

- 16.1 Introdução, 170
- 16.2 Contribuições sociais federais, 172
  - 16.2.1 Contribuições sociais previdenciárias, 172
  - 16.2.2 Caso prático, 174
  - 16.2.3 Contribuição social sobre o FGTS, 175
  - 16.2.4 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 176
  - 16.2.5 Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), 178
  - 16.2.6 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), 180
- 16.3 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), 183
  - 16.3.1 Instituição, 183
  - 16.3.2 CIDE/royalties, 183
  - 16.3.3 CIDE/combustíveis, 183
- 16.4 Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, 184
- 16.5 Contribuições municipais e do Distrito Federal, 185

## **17 Tributos Indiretos – Repercussão no Preço, 186**

- 17.1 Classificação dos tributos, 186
  - 17.1.1 Tributos diretos, 186
  - 17.1.2 Tributos indiretos, 187
- 17.2 Formação do preço ou precificação, 187
- 17.3 Estudo de caso base de precificação, 188
  - 17.3.1 Custo de produção, 188

- 17.3.2 Custo comercial, 190
- 17.3.3 Margem de lucro operacional, 190
- 17.3.4 Preço de venda, 191
- 17.4 Cálculo do IPI, 191
- 17.5 Demonstração do resultado, 192
- 18 Imposto de Renda das Empresas – Normas Gerais, 193**
  - 18.1 Introdução ao Imposto de Renda, 193
  - 18.2 Normas da Constituição Federal, 194
  - 18.3 Normas do Código Tributário Nacional – CTN, 195
    - 18.3.1 Fato gerador, 195
    - 18.3.2 Base de cálculo, 197
    - 18.3.3 Contribuinte, 199
  - 18.4 Normas da lei federal e da regulamentação, 199
    - 18.4.1 Período de apuração e ano-calendário, 199
    - 18.4.2 Pagamento, 200
- 19 Lucro Real, 201**
  - 19.1 Pessoas jurídicas obrigadas, 201
  - 19.2 Base de cálculo, 202
  - 19.3 Compensação de prejuízos fiscais, 202
  - 19.4 Custos e despesas operacionais – limitações, 204
    - 19.4.1 Custos, 205
    - 19.4.2 Tributos e multas, 206
    - 19.4.3 Outras limitações, 208
  - 19.5 Estudo de caso, 211
    - 19.5.1 Apuração do lucro real e sua tributação, 211
    - 19.5.2 Provisão para o IR e a CSL, 213
  - 19.6 Receitas omitidas, 213
- 20 Lucro Presumido, Estimado e Arbitrado, 214**
  - 20.1 Conceitos de lucro presumido e estimado, 214
  - 20.2 Percentuais de presunção ou estimativa, 214
  - 20.3 Adições, 215
  - 20.4 Caso base, 215
  - 20.5 Suspensão do imposto mensal estimado, 216
  - 20.6 Opção pelo lucro real pago por estimativa ou pelo lucro presumido, 217
  - 20.7 Lucro arbitrado, 218
    - 20.7.1 Conceito e aplicação, 218



- 20.7.2 Arbitramento pela receita bruta, 219
- 20.7.3 Receita desconhecida, 219
- 20.7.4 Adições ao lucro arbitrado, 220
- 20.7.5 Omissão de receita, 220
- 20.7.6 Cálculo do IR, Adicional e CSL, 221
- 20.7.7 Autoarbitramento, 221
- 20.7.8 Receitas omitidas, 222

## **21 Tributação pelo Simples Nacional, 223**

- 21.1 Microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), 223
- 21.2 Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, 224
  - 21.2.1 Definição de ME e EPP para o Simples, 226
  - 21.2.2 Alíquotas do Simples Nacional, 227
- 21.3 Impostos estaduais e municipais, 230
- 21.4 Tributos federais unificados, 230
- 21.5 Forma de cálculo do Simples Nacional, 231
- 21.6 Prazo e forma de pagamento, 231
- 21.7 Obrigações acessórias, 233
  - 21.7.1 Documentos e livros fiscais, 234
  - 21.7.2 Declarações e informações, 235
- 21.8 Lei geral para as pequenas empresas, 235
- 21.9 Distribuição do lucro, 236
- 21.10 Disposições finais, 237

## **22 Resultados Obtidos no Exterior, 238**

- 22.1 Cômputo no lucro, 238
- 22.2 Compensação de prejuízos não operacionais, 239
- 22.3 Disponibilidade dos lucros obtidos no exterior (fato gerador), 240
- 22.4 Normas sobre as demonstrações financeiras e documentos do exterior, 240
- 22.5 Preços de transferência, 241
  - 22.5.1 Situação até 31-12-1996, 241
  - 22.5.2 Normas em vigor a partir de 1997, 241
- 22.6 Pessoas vinculadas, 244

## **23 Disposições Especiais do IR e da CSL, 246**

- 23.1 Juros remuneratórios do capital próprio, 246
- 23.2 Perdas com créditos incobráveis, 248
  - 23.2.1 Regras para dedução, 248
  - 23.2.2 Créditos com garantia, 248

- 23.3 Do registro contábil das perdas, 249
- 23.4 Desistência da cobrança judicial, 249
- 23.5 Créditos recuperados, 250
- 23.6 Processo administrativo de consulta, 250

## **24 Incentivos e Renúncia Fiscais, 251**

- 24.1 Conceito de renúncia fiscal, 251
- 24.2 Isenção, 252
- 24.3 Imunidade, 254
- 24.4 Anistia, 255
- 24.5 Remissão, 256
- 24.6 Incentivos fiscais do Imposto de Renda, 257
  - 24.6.1 Introdução, 257
  - 24.6.2 Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), 258
  - 24.6.3 Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial ou Agropecuário (PDTI/PDTA), 259
  - 24.6.4 Dedução cumulativa do PAT e do PDTI/PDTA, 259
  - 24.6.5 Dedução cumulativa de apoio à cultura, 260
  - 24.6.6 Doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente, 261

## **25 Lucros Distribuídos Isentos do IR, 262**

- 25.1 Legislação, 262
- 25.2 Distribuição de lucro, 262
- 25.3 Normas complementares do IRPJ, 264
- 25.4 Caso-base, 265
- 25.5 Rendimentos distribuídos pelo regime tributário do SIMPLES, 265

## **26 Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), 267**

- 26.1 Instituição, 267
- 26.2 Fato gerador e base de cálculo, 267
- 26.3 Contribuinte, 268
- 26.4 Caso-base, 268
  - 26.4.1 Apuração pelo lucro real, 268
  - 26.4.2 Apuração pelo lucro presumido, 269

## **27 Planejamento Tributário para os Prestadores de Serviços e Produtores Rurais, 270**

- 27.1 Introdução, 270
- 27.2 Planejamento tributário, 271
- 27.3 Contribuições sociais para o PIS e a COFINS, 272
- 27.4 Vedação de opção pelo Simples, 273

- 27.5 Lucro presumido (IRPJ) e base de cálculo presumida (CSL), 276
- 27.6 Aumento da carga tributária da CSL, 277
- 27.7 Produtores rurais, 278
  
- 28 Tratamento dos Créditos Tributários na Nova Lei de Falência, 279**
  - 28.1 Introdução, 279
  - 28.2 Normas gerais, 279
  - 28.3 Recuperação judicial para as MPE, 282
  - 28.4 Meios de recuperação judicial, 282
  - 28.5 Falência, 283
    - 28.5.1 Requisitos legais, 283
    - 28.5.2 Arrecadação dos bens, 284
    - 28.5.3 Realização do ativo, 285
    - 28.5.4 Pagamento dos credores e encerramento da falência, 285
  - 28.6 Créditos tributários, 286
    - 28.6.1 Responsabilidade dos sucessores, 286
    - 28.6.2 Classificação dos créditos, 287
  - 28.7 Parcelamento dos créditos tributários, 288
  - 28.8 Preferência do crédito tributário, 288
  - 28.9 Indisponibilidade de bens do devedor, 289
  - 28.10 Certidões, 290
  - 28.11 Prescrição do pedido de repetição de indébito tributário, 290
  
- 29 Extinção e Liquidação de Empresas, 292**
  - 29.1 Conceito, 292
  - 29.2 Extinção por dissolução da sociedade, 292
  - 29.3 Extinção por incorporação, fusão ou cisão, 293
  - 29.4 Liquidação por partilha de bens do ativo, 294
  - 29.5 Tratamento tributário, 294
  
- 30 Contabilidade Tributária, 296**
  - 30.1 Conceito de contabilidade, 296
  - 30.2 Conceito de legislação tributária, 298
  - 30.3 Objeto da contabilidade tributária, 298
  - 30.4 Método da contabilidade tributária, 299
  - 30.5 Planejamento tributário, 299
  - 30.6 Planejamento contábil, 300
  
- 31 Dívidas de Pequeno Valor, Remissão e Regime Tributário de Transição – Medida Provisória nº 449/2008, 301**
  - 31.1 Dívidas de pequeno valor, 301

- 31.2 Formas de parcelamento, 302
  - 31.2.1 Condições complementares, 302
- 31.3 Do pagamento ou do parcelamento de dívidas decorrentes de aproveitamento, 303
  - 31.3.1 Parcelamento, 303
- 31.4 Remissão, 304
- 31.5 Regime Tributário de Transição, 304
  - 31.5.1 Doações, subvenções e prêmio na emissão de debêntures, 305
- 31.6 Alterações na Lei nº 6.404/76 e no Decreto-Lei nº 1.598/77, que afetam questões tributárias, 306
- 31.7 Arrendamento mercantil, 307

*Glossário*, 309

*Bibliografia*, 313